

António Quadros e o «57 – Movimento de Cultura Portuguesa»

Manuel Gama
Departamento de Filosofia
Instituto de Letras e Ciências Humanas
Universidade do Minho

I. Sentia uma obrigação moral de um dia fazer um agradecimento público a António Quadros. E a dois níveis: no plano individual e num alcance mais nacional.

Quando em meados dos anos 80, do século precedente, inserido no contexto da dissertação de Mestrado, iniciei o estudo sobre o Movimento de Cultura Portuguesa e o seu órgão, o jornal 57, lá pelo norte não se conseguia obter o último número da publicação, o 11º, que tinha sido publicado em 1962. Alguém me sugeriu que recorresse a António Quadros. Assim o fiz. Com a celeridade possível e uma simpatia inextinguível, foi-me remetido o solicitado, que fotocopiei e devolvi. A partir daí, só por gentileza e até por razões de carácter altruístico, fez-me chegar, com dedicatórias de apreço, algumas das suas publicações, nomeadamente o singular livro *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos Cem Anos* e a extensa separata *A Filosofia Portuguesa, de Bruno à Geração do 57 Seguido de O Brasil Mental Revisitado*. Associo a esta gratidão o Testemunho sobre o «57», simpaticamente dactilografado (a sua letra não era das mais legíveis) em, na altura, uma máquina moderna que, hoje, restará como instrumento arqueológico. Nas folhas do texto apusera ainda algumas notas manuscritas, de aperfeiçoamento de conteúdo. Tive muito gosto em oferecer o original desse documento à Fundação António Quadros, em tempos recentes.

Em segundo lugar, o meu reconhecimento vai para a sua pedagogia em ensinar os portugueses a gostar de Portugal. A sua vasta obra, predominantemente ensaística, mas também o amplo rol de livros prefaciados, organizados, anotados e traduzidos, assim como a extensíssima colaboração em publicações periódicas, espelham a disseminação do mesmo espírito: a preocupação por Portugal e a reflexão filosófica sobre os valores da sua cultura.

II. Em 1957, centenário do nascimento de Sampaio Bruno e ano em que a Europa – ainda dividida em dois blocos – dava os passos iniciais na edificação de uma sociedade internacional mais comunitária, é iniciada a que julgamos ser a mais bem conseguida manifestação geracional do movimento da «Filosofia Portuguesa». Tratou-se do «Movimento de Cultura Portuguesa» ou movimento «57», com o seu órgão próprio, também designado de 57¹, editado entre 1957 e 1962.

Na pegada do espírito da «Renascença Portuguesa», a luz orientadora e a ação do «57» será, por um lado, “reconduzir o homem português à consciência da sua mais fecunda virtualidade realizadora”, pelo conhecimento da sua idiossincrasia e, por outro, propondo teses de índole social, educativa, cultural, mas sempre “religadas a uma teleologia espiritual, que propiciem a libertação da sua energia criadora.”²

Se o «57» foi o sinal vivo e mais marcante do movimento da «Filosofia Portuguesa», o seu espírito manteve-se viçoso e foi-se renovando, quer através das suas duas gerações posteriores (na visão de Elisío Gala), quer através das várias publicações periódicas, que foram sendo dadas à estampa, como *Espiral*, *A Ilha*, *Escola Formal*, «Parábola», *Ensaio*, *Cultura Portuguesa*, *Leonardo*, *Bárbara*, *Teoremas de Filosofia*³.

III. O âmago das ideias e a orientação do «57» encontram-se nos dois Manifestos publicados, o «Manifesto de 57» e o «Manifesto sobre a Pátria»⁴.

¹ Quando nos referirmos ao Movimento, colocaremos 57 entre aspas, e quando aparecer em itálico designa o respetivo órgão. O presente assunto já foi objeto de estudo mais desenvolvido na nossa obra *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, editada em 1991, e teve também tratamento no nosso artigo «Pensar a Europa a partir do Movimento da Filosofia Portuguesa», em Acílio da Silva Estanqueiro ROCHA (Organização), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Braga, 2004, pp. 269-284.

² António QUADROS, «O Mito do Espírito», *art. cit.*, p. 9.

³ Sobre as várias gerações do movimento da «Filosofia Portuguesa» e respetivos órgãos, veja-se Elisío GALA, *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999, pp. 218 e ss.

⁴ Publicados no seu órgão, respetivamente, no nº 1 (Maio de 1957) e nº 2 (Agosto de 1957).

O «Manifesto de 57» é pautado por uma dinâmica geral: *conhecer-servir*. *Conhecer* a nossa idiossincrasia, fazendo simultaneamente o diagnóstico da situação nacional. *Servir*, propondo caminhos para ultrapassar os problemas nacionais.

O nó górdio, em Portugal, segundo este movimento, reside na sua mentalidade dominante (composta por professores, escritores e artistas), que defende a nossa dependência em relação a correntes estrangeiras. Esses sistemas, advindos do exterior, que dão pelo nome de Escolasticismo, Materialismo Dialético, Positivismo, são limitadores por que coarctadores da liberdade. O Espírito ou a Razão não se realizam universalmente contra as condições espaço-temporais, logo, defende este movimento, as pátrias não são acontecimentos fortuitos derivados de meras circunstâncias histórico-sociais. O homem não é idêntico a si próprio em todos os tempos e em todas as latitudes. A via contrária, a do universalismo, a da massificação, conduz ao sofrimento, ao mal-estar, à guerra.

Para os vários elementos do «57» era postulado assente que «Não pode haver autonomia política sem autonomia mental e cultural». Este princípio da autonomia mental e cultural é precisamente o filosofema⁵ fundamental do «57», que nos aparece ao longo das teses defendidas no jornal 57, em particular nos dois Manifestos, acima referidos, sob a denominação de ideia de pátria. Conceção a que estão diretamente ligados o pensamento e a criatividade de António Quadros pela proposta do conceito de patriosofia.

Pela ideia de pátria se dá lugar à especificidade, ao diferente. É ela que dá sentido à ação e é por ela que se manifesta a teleologia própria: “(...) é na pátria e pela pátria que o nosso destino será mais do que um esbracejar sem sentido na lama do quotidiano. (...) uma pátria é uma razão viva a mover-se para um fim e não um aglomerado de interesses egoístas.”⁶ Este é, não um caminho, mas o caminho verdadeiro para servir efetivamente o homem, pois “a pátria é a empresa concreta

⁵ O conceito de filosofema é tomado no sentido em que o define Eduardo Abranches Soveral: “É um problema radical equacionado em termos críticos. [...]. Cada filosofema contém um campo próprio de desenvolvimento, e está implicitamente ligado à totalidade dos filosofemas possíveis mediante uma ordem gnosiológica precisa que nem sempre é patente. Também pode receber várias formulações consoante as determinantes críticas que o geraram” - Eduardo Abranches SOVERAL, «Pensamento Luso-Brasileiro», em *Atas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia*, Braga, 1982, pp. 894-895.

⁶ «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*

em que todos se unem para um fim entendendo-se e comunicando-se entre si”⁷. Seguindo a via contrária resultará impedida a comunicação: “O mundo ou o universo ou o agregado supranacional é a ideia abstrata e vã, que não conhece um fim superior, que veda o entendimento entre os homens”⁸. Na síntese do «57», a ideia de pátria é o princípio espiritual da autonomia portuguesa.

A ideia de filosofia portuguesa tem intrínseca a defesa de filosofias nacionais, em oposição à perspectiva que defende o carácter, em exclusivo, da filosofia num sentido universal. Este foi tema de acesa polémica em época anterior, e que mais recentemente teve novos e válidos contributos⁹ que, por isso mesmo, torna desnecessária a sua abordagem no presente estudo. Ainda assim, recordaremos aqui o argumento fundamental da defesa das filosofias nacionais e, concomitantemente, da filosofia portuguesa, patenteado no «Manifesto de 57»: “Não é possível servir o Espírito ou a Razão, sem partir das formas antropocsmológicas em que o Espírito ou a Razão se particularizam, isto é, as pátrias”¹⁰. É que “A Verdade não tem fronteiras, a filosofia, porque é via, tem-nas certamente, embora não tanto físicas como espirituais”¹¹. Logo, “O ato do conhecimento surge no encontro da razão com a realidade. E, já o sabem, a realidade é a pátria”¹², esclarece o «Manifesto sobre a Pátria».

Não há pátria sem filosofia da pátria, como se postula naquele Manifesto. Entre nós, vários têm sido os pensadores que lhe têm dado conteúdo e desenvolvimento. No entanto, não lhes têm sido dados ouvidos. Sampaio Bruno, anota-se no referido Manifesto, foi “ignorado”. Guerra Junqueiro foi condenado no “tribunal da razão”. A Teixeira de Pascoaes “rasgaram” *Os poetas lusíadas* e a *Arte de ser português*. À voz de Leonardo Coimbra “taparam os ouvidos”. A

⁷ *Ib.*

⁸ *Ib.*

⁹ Sobre os mais recentes contributos veja-se o nosso estudo «A Questão da Filosofia Portuguesa (Resposta à crise do final do século XIX e inícios do século XX)», em Pedro CALAFATE, José Luis MORA GARCÍA e Xavier AGENJO BULLÓN (Eds.), *Filosofia y Literatura en la Península Ibérica. Respuestas a la Crisis Finisecular*, Madrid, 2012, pp. 123-142.

¹⁰ «Manifesto de 57», *art. cit.*

¹¹ «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*

¹² *Ib.*

*Mensagem*¹³ de Fernando Pessoa foi relegada para o último lugar, e o seu autor considerado “um malabarista de palavras, um humorista”. Em 1957, este movimento queria fazer reviver e dar continuidade àquela filosofia, que deveria ser fonte de inspiração para os representantes da nossa pátria. Isto é, a potencial teleologia da nossa pátria irá passando a ato na medida em que se dê continuidade às obras dos três grandes poetas, em que «o único herói é a pátria portuguesa» e não um homem individual. São esses poemas *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, *A Pátria*, de Guerra Junqueiro e *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Pelo caminho e movimento da ideia de pátria se irá na direção da redenção - o grande objetivo final.

Os elementos do «57» admitem que, um dia, a pátria do homem venha a ser o próprio universo - ideia já presente no pensamento filosófico de Sampaio Bruno e de Teixeira de Pascoaes. Mas esses tempos estão tão longínquos que hoje só se pode ter em conta a ideia de pátria. No entanto, sublinhe-se, há um afastamento de todos os “ismos” (nacionalismo e patriotismo incluídos), à exceção do humanismo que, na era presente, é tanto mais realizável quanto mais se siga a via das pátrias. Pensamento que se apresenta na senda de Pascoaes, para quem o homem, ser naturalmente dado à perfectibilidade, vai da animalidade, passando pela família e pela pátria, até chegar à Humanidade:

O homem rudimentar limita-se a viver como animal. O homem um pouco superior, já acrescenta à sua vida animal a da família, que é de natureza espiritual, embora mais restrita que a de Pátria.

O homem superior vive também como patriota. E o homem sublime, o santo, por exemplo, vive ainda a vida da Humanidade e mesmo a do Universo.

*Família, Pátria, Humanidade representam seres espirituais, cada vez mais complexos (...).*¹⁴

IV. Passados alguns anos após a atividade deste movimento, o seu principal mentor e dinamizador, António Quadros, deu-nos um Testemunho sobre o seu espírito e a sua ação. Segundo ele, o “bom combate” deste movimento foi o da autonomia mental e cultural. Nessa demanda, a filosofia, a capacidade de pensar criticamente, seria o caminho certo para encontrar e trilhar “o pensamento

¹³ António Quadros, diretor do jornal *57*, considera a *Mensagem* como «a Bíblia da portugalidade assumida em transcendência» - António QUADROS, em AAVV, *Que cultura em Portugal nos próximos 25 anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, p. 205.

¹⁴ Teixeira de PASCOAES (1915), *Arte de Ser Português*, Edições Roger Delraux, Lisboa, 1978, p. 45.

teleológico português”, para insuflar dinamismo às instituições, ao ensino e à cultura. Naquele tempo, a década de 50 do século XX, na leitura de António Quadros, a sociedade portuguesa estava embebida de influências estranhas a um *telos* nacional, destacando-se nesse processo negativo a Universidade, que era “positivista, materialista e estrangeirada”. Ou seja, o predomínio de um pensamento estrangeirado entre nós – que Fernando Pessoa já diagnosticara como uma forma de provincianismo mental – arrastou-nos para, nas suas palavras, o “grau zero da portugalidade, em que nos encontramos hoje [1985]”. Dada a importância, e pertinência no tema do presente estudo, optamos por reproduzir o referido Testemunho¹⁵ de António Quadros:

UM TESTEMUNHO SOBRE O «57» - 28 ANOS DEPOIS

Uniam-nos: o sermos ou considerarmo-nos discípulos de Álvaro Ribeiro e de José Marinho, com quem nos encontrávamos diariamente na velha Brasileira do Rossio; o assumirmos, com eles e por eles, a herança de Leonardo Coimbra, de Teixeira de Pascoaes, de Fernando Pessoa e da Renascença Portuguesa; o de termos tomado consciência de que a respiração, a vida e o futuro do ser de Portugal, não passavam apenas pela obediência aos seus valores tradicionais ou ao contrário pela atitude progressista e estrangeirada, mas principalmente pela filosofia, e, no concreto envolvente, pela capacidade de o pensar, ao ser de Portugal, na sua substância e na sua teleologia própria.

A campanha da filosofia portuguesa foi feita a vários níveis, entre os quais avultou a convicção, entre todos nós ponto assente, de que não pode haver autonomia política sem autonomia mental e cultural. Muito divergimos uns dos outros em diversos aspetos, mas aqui estávamos de acordo.

*O que nós já víamos, em 1957, era que Portugal estava a perder rapidamente a sua autonomia mental. Álvaro Ribeiro observara-o mais cedo quando, ao escrever em 1943 O Problema da Filosofia Portuguesa, partira da seguinte análise: as comemorações dos Centenários em 1940 tinham sido predominantemente historicistas e nacionalistas. Onde estava o pensamento teleológico português, capaz de insuflar dinamismo às instituições, ao ensino ou à cultura vigente? Onde a adequação do ato individual a um **telos** nacional e deste a um **eschaton** universal? A Universidade, a nossa Universidade positivista, materialista e estrangeirada era a grande acusada. O que podia prever-se, e nós repetimo-lo até à saciedade nos nossos manifestos e livros, era que a descaracterização do nosso ensino e da nossa cultura nos iriam conduzir rapidamente à paralisia, levando-nos a ser governados pelos mitos, pelas utopias e pelos interesses dos outros.*

¹⁵ O mesmo Testemunho já foi publicado no nosso trabalho «Pensar a Europa a partir do Movimento da Filosofia Portuguesa», em Acílio da Silva Estanqueiro ROCHA (Organização), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Braga, 2004, pp. 274-275.

Tínhamos infelizmente razão. O predomínio entre nós de um pensamento estrangeirado, que Fernando Pessoa já diagnosticara como uma forma de provincianismo mental, arrastou consigo o primado dir-se-ia que absoluto das ideologias internacionalistas ou, podemos dizê-lo, dos poderes imperialistas alheios, vestidos de internacionalismos ou de fictícios universalismos.

Consciente ou inconscientemente, as nossas classes intelectual, professoral e política, completamente afastadas da linha que nós preconizávamos, foram agentes do encolhimento português, do esvaziamento da nossa substância intelectual e psicológica, do abandono do nosso dinamismo teleológico virtual, até chegarmos ao grau zero da portugalidade, em que nos encontramos hoje. Éramos pátria, aspiramos a ser província. A nossa finisterra foi a cabeça da Europa, o rosto com que ela fita o mar, o mundo e o futuro, hoje é a sua periferia menos independente, menos autónoma, menos senhora de si, menos convicta do seu direito à existência.

Tínhamos razão, mas no imediato perdemos. Perdemos, como já tinham perdido no seu tempo o Nobre e o Bruno, o Leonardo e o Pascoaes, o Pessoa e o Almada, o Marinho, o Álvaro ou o Agostinho da Silva.

Quantos entre nós, neste século, representaram o espírito português, parecem hoje ter perdido a sua aposta na regeneração nacional. Ao contrário, a degenerescência é o nosso lote. Teremos escrito a nossa mensagem na areia, ou não era ainda a hora? Esta é dos filhos de António Sérgio e de Marx, os grandes vitoriosos que nos trouxeram ao estado de ruína intelectual, moral, económica e política em que nos encontramos. Mas é um período, creio apesar de tudo, que está a chegar ao fim!

Desapareceremos para sempre do mapa, como dizem os augures da desgraça, ou acabará enfim por vencer a razão portuguesa, a filosofia portuguesa, o pensamento de Portugal, expresso afinal pelos melhores, de entre os portugueses deste século?

Nós, homens do «57», cada um de nós com a sua evolução intelectual própria e já distante daqueles tempos, continuamos a lutar por esta última alternativa, ou seja, pela vitória do espírito português.

Apanhados como fomos por um período previsivelmente dilacerante em que a maioria das pessoas, mesmo ou sobretudo as classes intelectuais e políticas, mostraram a sua impreparação mental, a sua incapacidade de pensar, a inadequação dos seus desejos de poder e de mudança a uma filosofia efetivamente libertadora e regeneradora do homem português, temos graças a Deus a quem passar o testemunho, entre os novos. E é a esperança que resta...

*ANTÓNIO QUADROS
20 de julho de 1985.¹⁶*

¹⁶ Este Testemunho, que guardamos em fotocópia, foi-nos enviado passado à máquina com algumas correções manuscritas. O seu original – assim como dois postais de correspondência – tivemos o gosto de o oferecer à Fundação António Quadros, para fazer parte do seu espólio.

V. No prosseguimento do seu ideário, o movimento da «Filosofia Portuguesa», após a vigência do 57, lança a revista *Espiral*, que será o seu órgão entre 1964 e 1966¹⁷. O seu diretor, também António Quadros, logo no número imediato ao do arranque da revista, em artigo ensaístico de leitura dos tempos de então, dá conta de que a “persistência de formas positivistas” é o principal obstáculo “a que o movimento de primeira instância, transformativo e redentor do homem em todos os seus níveis, se apresente à consciência universal na sua plenitude e na sua majestade.”¹⁸

Tal como já havia sido bem vincado nas teses do «57», o ensino continuava a ser o principal veículo de ideias estrangeiras. Continuava a vigorar um ensino que não conseguia aportuguesar Portugal.

Continuando a percorrer esta publicação dos anos sessenta do século passado, vemos que o positivismo e o exclusivo primado do conhecimento científico permanecem como vias a não percorrer. Neste contexto, o positivismo é olhado como filho dileto da ciência e parente próximo do materialismo e, como tal, exercendo um papel reducionista sobre a filosofia¹⁹. Igualmente, após três anos de publicação, a revista faz eco de algumas ácidas críticas ao seu conteúdo, sendo desvalorizados os seus autores ao agrupá-los entre os defensores, quer do racionalismo positivista ou mecanicista, quer do racionalismo iluminista dos séculos XVIII e XIX.²⁰

TÓPICOS CONCLUSIVOS

1. A ideia de pátria não é um conceito meramente operatório. Embora ele tenda a coincidir com o de nação, esta, no dizer de Jorge Miranda, “corresponde a um conceito cultural, onde ressaltam elementos intelectuais, [enquanto] a pátria assenta toda em elementos de afetividade.”²¹

¹⁷ A publicação terminou no número 13, com a indicação Inverno de 1966.

¹⁸ António QUADROS, «Um mundo em transformação», em *Espiral*, Lisboa, Ano I, 2 (1964), p. 26.

¹⁹ Cf. Avelino ABRANTES, «De novo, Filosofia e Ciência», em *Ibidem*, 2 (1964), p. 9.

²⁰ Cf. «Espirál. III Ano. Alguns comentários indispensáveis», em *Ibidem*, 10 (1966), p. 7.

²¹ Jorge MIRANDA, «Pátria», in *Enciclopédia Verbo. Edição Século XXI*, vol. 14, Lisboa/São Paulo, 2002, cl. 370. Veja-se igualmente em Fernando Catroga, *Ensaio Republicano*,

2. A ação do movimento da «Filosofia Portuguesa» tem sido meritória. Concebendo a filosofia como uma arte - nas palavras de João Ferreira²² -, pautada por balizas muito menos estreitas do que aquelas que determinada crítica quis fazer crer, tem orientado a sua atividade num tríptico aspeto: dar primazia à filosofia portuguesa sobre outras formas de pensamento; fazer o levantamento do acervo filosófico português e dar-lhe a devida valorização; radicar e individualizar o nosso modo específico de pensar²³.

3. Num tempo com tendência para o “pensamento único”, as vagas de ideias em contracorrente, como as do movimento da «Filosofia Portuguesa», têm um papel muito positivo. A dissensão ajuda a colocar melhor os problemas, contribuindo para que o caminho trilhado, mesmo em sentido oposto ao das teses divergentes, seja mais conscientemente assumido.

4. Poder-se-á falar em anacronismo das teses do movimento da «Filosofia Portuguesa», especialmente as produzidas no âmbito do «57»? Em tempos de globalização, pugnar pela ideia de pátria e fazer a defesa da filosofia, quando a época é de relativismos e de fuga diante do pensamento, não parece colher ventos favoráveis. Contudo, na senda do pensamento de Miguel Torga não há universal sem local, ou seja, nas suas próprias palavras, “o universal é o local sem paredes”²⁴.

Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2011, pp. 11-12, a ideia da representação da pátria como mãe, ou seja, a pátria como mátria, prefigurando-se como a «mãe comum de todos» (Cícero).

²² Segundo João FERREIRA «O grupo da "filosofia portuguesa" concebe a filosofia como uma arte. É anti-positivista, anti-materialista e anti-historicista. Aceita postulados teodíceicos e religiosos, mas aconfessionais. É interiorista (dum interiorismo dinâmico, por oposição ao estaticismo cousista do positivismo). É racionalista, enquanto julga a razão como suprema norma do conhecimento e como infinito meio de redenção. É futurista e messiânico, na linha profética de Sampaio Bruno, Fernando Pessoa e Guerra Junqueiro. É evolucionista (em sentido espiritual: a filosofia é destinada a ativar a reflexão do homem, ajudando-o a redimir-se). É simbolista: a sua metafísica ou estrutura categorial é feita de bases simbólicas (interessam-lhe pouco as ideias hipostasiadas, fundamentadas ou historicizadas); interessam-lhe as imagens sonhadas, míticas [...]. Outra característica do grupo é a denodada defesa que faz da cultura atlântica, pondo em foco a sua especificidade e a sua supremacia sobre outras culturas» - João FERREIRA, *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Franciscana, Braga, 1965, p. 22.

²³ Cf. António QUADROS, «O Homem Português», in AAVV, *Que Cultura em Portugal nos Próximos 25 Anos?*, Lisboa, 1984, pp. 198-199.

²⁴ Miguel TORGA, *Diário XVI*, Coimbra, 1993, p. 88. Ou como enuncia Onésimo Teotónio de Almeida, no decorrer da história pessoal dá-se a metamorfose para o universal, sem perder de vista o seu chão: «Ao longo da vida, a nossa identidade vai-se alargando (deve alargar-se) para o universal. Mas todo o universal tem o seu chão. O meu, por exemplo, chama-se Açores e por ele me habituei a sentir sempre de modo especial, ainda que não entenda completamente porquê. Pascal diria: razões do coração que a inteligência não entende. E eis aí, em resumo, não a chave mas o mistério da identidade.» - Onésimo Teotónio ALMEIDA, «Em busca da clarificação do conceito de identidade cultural. O caso açoriano como cobaia», em *A Autonomia no Plano Sociocultural. Atas do*

Conjugando, pois, estas perspetivas com a ideia de pátria, poder-se-á concluir que quem for humano na sua terra e na sua pátria, será humanista em todo o mundo. É que ser humanista em sentido abstrato, é fácil e poderá ficar apenas por aí. Na situação de António Quadros, o seu pensamento é claramente empenhado na defesa da causa portuguesa, sendo revelador de um humanismo indelével, simultaneamente local e universal. O humanismo é o maior legado de António Quadros, que aqui queremos vincar como verdadeira homenagem a uma vida que, pelas causas defendidas, merece ser exaltada e recordada.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Avelino, «De novo, Filosofia e Ciência», em *Espiral*, Lisboa, Ano I, 2 (1964), pp. 8-11.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, «Em busca da clarificação do conceito de identidade cultural. O caso açoriano como cobaia», em *A Autonomia no Plano Sociocultural. Atas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 2, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995, pp. 65-89.
- CATROGA, Fernando, *Ensaio Republicano*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2011.
- FERREIRA, João, *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Franciscana, Braga, 1965.
- GALA, Elísio, *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999.
- GAMA, Manuel, *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1991.
- _____, «Pensar a Europa a partir do Movimento da Filosofia Portuguesa», em Acílio da Silva Estanqueiro Rocha (Organização), *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Braga, 2004, pp. 269-284.
- _____, «A Questão da Filosofia Portuguesa (Resposta à crise do final do século XIX e inícios do século XX)», em Pedro Calafate, José Luis Mora García e Xavier Agenjo Bullón (Eds.), *Filosofía y Literatura en la Península Ibérica. Respuestas a la Crisis Finisecular*, Madrid, 2012, pp. 123-142.
- MARTINS, Pedro, «O Problema das Filosofias Nacionais e da Filosofia como Saber Universal: o Caso Português», em *Diacrítica série Filosofia e Cultura*, Braga, 26/2 (2012), pp.63-87.
- MIRANDA, Jorge, «Pátria», em *Enciclopédia Verbo. Edição Século XXI*, Vol. 14, Verbo, Lisboa/São Paulo, 2002, cl. 370.

Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores, vol. 2, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1995, p. 89.

- PASCOAES, Teixeira de (1915), *Arte de Ser Português*, Edições Roger Delraux, Lisboa, 1978.
- QUADROS, António, «Formalismo, Escolasticismo, Academismo: caminhos do falso universalismo», em *Acto*, Lisboa, 2 (1952), p. 46.
- _____, «O Mito do Espírito. Breve história do movimento cultural português na época moderna», em *57*, III, 7 (1959), pp. 4-9.
- _____, «Um mundo em transformação», em *Espiral*, Lisboa, Ano I, 2 (1964).
- _____, «O Homem Português», em AA.VV., *Que cultura em Portugal nos próximos 25 anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, pp. 185-211.
- _____, «A Filosofia Portuguesa, de Bruno à Geração do 57, seguido de *O Brasil Mental Revisitado*», em *Democracia e Liberdade*, Lisboa, 42/43 (1987), pp. 7-69.
- SOVERAL, Eduardo Abranches, «Pensamento Luso-Brasileiro», em *Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia*, Braga, 1982, pp. 894-895.
- TORGA, Miguel, *Diário XVI*, Coimbra, 1993.